

***POR OUTRAS HISTÓRIAS: apontamentos sobre a natureza da História das Mulheres<sup>1</sup>***

CARLA AUGUSTO

Parece ser um dado comum aos estudos sobre mulheres uma referência inicial às origens deste campo de estudos, uma estratégia que Bradotti (1989:29) considerou a "procura das origens", como se este processo, saber quem, como, onde, quando se iniciaram os estudos sobre mulheres legitimasse a pertinência e/ou a validade científica, política e teórica das investigações actuais neste campo. Estas preocupações, aparentemente determinantes na escolha e abordagem inicial da temática não devem, no entanto, ser circunscritas a uma necessidade de afirmação militante desta área/objecto de estudo. Pelo contrário, constituem o ponto de partida para outro tipo de reflexão, que permita equacionar a natureza da mesma, fazendo a ponte entre o que pode haver de feminista num trabalho sobre mulheres e a consideração por alguns aspectos teóricos potencializadores de um trabalho em História de Mulheres.

Desde a publicação do Decreto-Lei n.º 40900, passando pela crise académica de 62 ainda no rescaldo da polémica *Carta a uma Jovem Portuguesa*, pela crise de 65, até ao Maio de 68 realizado em Abril de 69, a Universidade de Coimbra viveu um espaço excepcional de contestação ao regime político do Estado Novo. Em termos de memórias ou de trabalho historiográfico é fundamentalmente este o aspecto que permanece: a resistência e a contestação política/ideológica.

A estupefacção causada pela ausência de referências às mulheres nos trabalhos realizados no âmbito das Crises Académicas<sup>2</sup>, ou por um

---

<sup>1</sup> O artigo que agora se apresenta resulta da reflexão realizada no âmbito da dissertação de mestrado "Outros Diários. As mulheres e o movimento estudantil no início da década de 60 na Universidade de Coimbra", para o qual remetemos necessariamente algumas das referências.

<sup>2</sup> A última década viu publicado um conjunto considerável de trabalhos sobre os Movimentos Estudantis/Crises Académicas (para referências completas consultar Augusto (2000:23-50). Deste conjunto destacamos, pela atenção particular que dedicam à temática mulher/género, o trabalho de Grácio (1989b), que realça a importância da dimensão moral nas discussões políticas na Academia Coimbra nos

tipo de referência anedótica, resultou num sentimento inicial de militância, cujo objectivo primeiro seria o de encontrar essas mulheres e torná-las visíveis, sobrepôr à visibilidade/protagonismo masculinos aquilo que se poderiam considerar as cumplicidades/subversidades, poderes alternativos femininos.

Mas quando se pergunta: “Mas que ganharam elas com isso?” , “Qual o interesse em saber isso?”, fica claro que as respostas não poderão ser uma mera deslocação de objecto, dos alunos para as alunas da Universidade de Coimbra. Não pode ser só mostrar as mulheres nas Crises Académicas, fazer uma descrição da forma como participaram. A resposta a estas questões obriga sobretudo a uma mudança de focagem que permita uma outra leitura da realidade onde a procura das alunas não seja forçada porque é esse o espaço em que se movem, é esse o espaço que lhes era permitido. Neste universo do “imperceptível ruído de fundo dos ditos e dos não-ditos, deste nada efervescente donde surge a possibilidade de dizer” (Braidotti, 1994 :68) surge um sentido da realidade histórica que reencontra o sujeito e que sustenta a sua subjectividade como *locus* histórico. Bem próximo da mistura de curiosidade e distância que marcam o estilo de Foucault e o seu encontro com os movimentos de mulheres, a questão primeira permanece: “como fazer aparecer a presença feminina numa história cuja escrita é invariavelmente marcada por uma assinatura masculina? Ainda mais que a loucura, e intimamente ligada a ela, a figura da mulher é a ausência falante; ela traça o itinerário de um não-dito fundamental nas estruturas da discursividade ocidental” (Braidotti,1994:68). Trata-se, por isso, de “dar forma: corpo e *corpus* a esta ausência significativa”.

O itinerário que em seguida se apresenta cruza os *insits* fornecidos pela própria História das Mulheres com as recentes abordagens da já reconhecida viragem linguística e um permanente questionamento pessoal sobre “o que é e poderá ser uma história das mulheres?” e o “porquê fazer uma história das mulheres?”.

---

inícios de 60 e que é recorrentemente referido a propósito de reflexões sobre a mulher/moralidade realizados nesse período; J. Ferreira Gomes (1987) sobre a mulher na Universidade de Coimbra, não especificamente sobre a sua relação com os movimentos estudantis e num registo sobretudo descritivo; os artigos de Virgínia Ferreira e Maria de Fátima Toscano, publicados no suplemento especial da *Via Latina* (1989), sobre a liberdade sexual e os estereótipos sociais sobre a condição da mulher a propósito da *Carta a uma Jovem Portuguesa*; e o estudo de Pires (1994) sobre a presença do tema “mulher” na história da Via Latina.

A origem da história das mulheres<sup>3</sup> encontra-se necessariamente ligada ao movimento de renovação das ciências sociais e da própria história que, distanciando-se da história *événementielle* e positivista que se impôs no século XIX, se voltava a preocupar por "traçar o itinerário e os progressos da civilização, interessa-se mais pelos destinos colectivos que pelos individuais, pela evolução da sociedade que pelas instituições, pelos costumes que pelos acontecimentos" (Burguière cit. por Goff, 1984:236).

O nascimento de uma nova história com a fundação dos *Annales*, em 1929, traz consigo uma nova agenda programática que permitirá o espaço necessário para a emergência da história das mulheres: a crítica do facto histórico, da história *événementielle* particularmente política; a procura de colaboração com outras ciências sociais; a substituição da história-conto pela história-problema.

A recusa do estatuto marginal e pitoresco em que a abordagem histórica tinha enclausurado as mulheres e a consciência que a história de mulheres se desenhava, sobretudo, na ausência e no silêncio que as envolvia, levaram o movimento feminista a reclamar a necessidade de recuperar as mulheres para a história. O silêncio e a ausência teriam de se inscrever minuciosamente, militantemente de mulheres, desvendando os seus protagonismos e a sua marca indelével no decurso dos acontecimentos.

Contemporânea deste espírito de renovação é a obra de Virginia Woolf, *A room of one's own*, publicada em 1929, e que irá inspirar gerações de investigadoras, onde se sublinha que não basta aumentar a informação acerca das mulheres, mas que é necessário rescrever a História. Se a ênfase era ainda o estudo da mulher, este não se limitará só a dar conta da sua existência, propondo também a desocultação da sua história de opressão e submissão ao poder masculino. Este é objectivo que enformará os trabalhos marcadamente feministas no futuro.

Mas é o relançamento do movimento feminista na década de 60 que contribui decisivamente para recolocar a questão da história das mulheres, através da criação de disciplinas universitárias sobre o tema, publicações de trabalhos e criação de revistas especializadas (Gisela

---

<sup>3</sup> A utilização que aqui se faz da expressão "história das mulheres" assume e representa a multiplicidade de correntes e concepções existentes neste campo historiográfico desde o seu significado original até às abordagens dos *feminist studies/feminist history*, história do género, não tendo por isso nenhuma conotação particular com alguma das correntes atrás referidas. À semelhança da opção que foi tomada por exemplo na extensa obra *História das Mulheres no Ocidente* dirigida por George Duby e Michelle Perrot (1995a).

Bock, 1989:158-163)<sup>4</sup>. Ao mesmo tempo que se reconhece um sentimento de satisfação face ao trabalho realizado, nomeadamente com o estabelecimento da história das mulheres no quadro das disciplinas científicas, surge um movimento de reflexão interna sobre o conhecimento até então produzido que questionava o que é ou o que poderá ser a história de mulheres, quais as suas implicações para a historiografia e o seu relacionamento com uma história geral, num quadro de renovação epistemológica.

Aberta a tese de que a história de mulheres não surge apenas para colmatar vazios da investigação ou para introduzir novas categorias de análise, exige-se uma nova visão da história em que, segundo Joan Kelly, o problema não era "recuperar as mulheres para a história mas recuperar a história para as mulheres" (Gisela Bock,1989:160). O que se coloca em causa são os próprios modos de fazer história: as metodologias, os tempos, os documentos, que não dão conta dos locais, dos ritmos, dos modos de produção especificamente femininos. O que se sugere é a inversão das hierarquias existentes entre o que é historicamente *relevante* ou *não relevante*.

A autonomia que a história das mulheres se atribui a si mesma e que adquire progressivamente relativamente à história dos homens (história mais geral) e que a diferencia dela, contribui para a criação de uma causa comum, de uma história coesa e única, cujo padrão de referência era um longo passado da submissão feminina ao domínio masculino. A consciência, introduzida sobretudo pelas correntes anglo-saxónicas, de que a própria história de mulheres não teria sido idêntica para todas as mulheres provoca novas cisões, já não com uma história geral masculina que excluía as mulheres, mas com uma história das mulheres que, sem questionar os pressupostos hegemónicos, totalizantes, retirados do positivismo historicista que

---

<sup>4</sup> Em Portugal, o Colóquio realizado em Março de 1985, em Coimbra, subordinado ao tema *A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais* (1986), constitui, sem dúvida, um marco importante para a história das mulheres entre nós. Mas bastante atrasado em relação ao desenvolvimento que esta disciplina manifestava noutros países. Uma comparação com o colóquio que deu origem à obra *L'histoire des femmes est-elle possible?* (Perrot,1984), realizado em França, em 1983, no College d'Echanges Contemporains de Saint-Maximin, torna flagrante essa disparidade, sobretudo se atentarmos às reflexões teóricas específicas sobre a disciplina então realizadas. Para além do artigo mencionado de Gisela Bock (1989) sugere-se para uma resenha do desenvolvimentos da história das mulheres: Lopes (1990); Perrot (1984); Scott (1995). Para a história da história das mulheres em Portugal consultar: Vaquinhas (1996); Tavares da Silva (1994) e Mendes (1996).

criticava, ignorava as diferenças, as desigualdades, a profunda alteridade que existia entre as próprias mulheres<sup>5</sup>.

Por outro lado, o enclausuramento das mulheres em disciplinas diferenciadas colocava alguns problemas de ordem teórica. Vai neste sentido o reparo feito por Natalie Davis, em 1975, de que a investigação histórica não se deveria fixar numa só das categorias analíticas de classe ou de género, nem só nos camponeses nem só nas mulheres; o objectivo das história das mulheres seria o "de descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, e encontrar qual era o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la" (Scott,1995:72). Tornou-se então imprescindível trabalhar um conceito que, à semelhança do conceito de classes, proporcionasse para a história das mulheres a possibilidade de explicar as persistentes desigualdades entre as mulheres e os homens.

O trabalho de Joan Scott, de 1986, *Género: uma categoria útil em análise histórica*<sup>6</sup> juntamente com a colecção de ensaios *Gender and the politics of History*, 1988, marcam e teorizam a passagem da história das mulheres para a história do género (Canning,1994; Louro, 1995). Fazendo eco das críticas que as abordagens teóricas do pós-estruturalismo, do pós-modernismo e do *linguistic turn*<sup>7</sup> faziam aos

---

<sup>5</sup> A questão da *diferença entre as mulheres* origina um debate epistemológico na teoria feminista associado à discussão crítica sobre o significante *mulher*. A urgência política desta discussão surge em correntes específicas do feminismo: primeiro no feminismo psicanalítico (na escola anglo-americana associada às *objection-relation theories* e na escola francesa associada às abordagens que Lacan realiza sobre os textos de Freud); segundo, o discurso das mulheres de cor; e em terceiro, o discurso lésbico (Braidotti,1989:44).

<sup>6</sup> Para este texto de Joan Scott utilizou-se a tradução publicada na *Educação e Realidade*, n.º 20 (2), jul./dez.1995, pp.71-99.

<sup>7</sup> Teoria crítica, pós-estruturalismo e pós-modernismo tornaram-se nos últimos tempos as correntes intelectuais de referência na área das ciências sociais. A crítica que realizam ao positivismo, questionando as certezas sobre a forma pela qual as pessoas escrevem e lêem a ciência, vêm de encontro, apesar da sua difícil aceitação pelos sectores mais empíricos, ao impasse criado pela dificuldade em articular à heterogeneidade temática a renovação conceptual e metodológica exigidas. No campo da história, a adopção destas correntes, o momento da *viragem linguística*, substituiu o paradigma do estudo da realidade histórica discernível e recuperável pela análise histórica da representação onde a linguagem e a textualidade têm um papel fundamental. Mais do que reflectir simplesmente a realidade social ou o contexto histórico, a linguagem é vista como constituindo os eventos históricos e a consciência humana. Assumindo actualmente particular relevância a tarefa de desenvolver os instrumentos metodológicos e conceptuais adequados à abordagem que propõem, nomeadamente a conceptualização de palavras-chave do vocabulário da história social e da história das mulheres - experiência, agência, discurso, e identidade- no

paradigmas humanistas e empiricistas, a reflexão de Scott, mas também de Denise Riley e de tantas teóricas feministas, propõem uma agenda renovada para a história das mulheres. Não se trata, como refere Scott "de deixar os arquivos ou de abandonar o estudo do passado[...] mas examinar atentamente os nossos métodos de análise, clarificar as nossas hipóteses de trabalho, e explicar como a mudança ocorre. Em vez da busca das origens únicas, temos de pensar nos processos[...] perguntar mais como as coisas se passam para descobrir por que elas se passaram" (1995:86).

Sugere que se realize sobre as narrativas de opressão feminina a mesma operação permitida pela categoria de classe, isto é, uma análise do sentido e da natureza da opressão utilizando a categoria de género<sup>8</sup>. Mas, ao contrário do que acontecia para a categoria de classe "sustentada a partir da teoria marxista sobre a determinação económica e mudanças históricas", o conceito de género não possuía associações teóricas semelhantes necessitando por isso de ser clarificado (Scott,1995).

O conceito de género, tal como foi definido por Scott, engloba duas proposições que se implicam mutuamente: "o género é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos" e "o género é uma forma primária de dar significado às relações de poder"(1995:86). A primeira proposição permite averiguar na análise histórica quatro elementos interrelacionados. Primeiro, os "símbolos culturalmente disponíveis", isto é, "que símbolos são invocados, como e em que contextos?".

---

âmbito do debate interdisciplinar. Para uma abordagem compreensiva do encontro do *linguist turn* com o feminismo consultar entre outros Canning (1994), Scott (1988),(1995); Agger (1991); Louro (1995), Rhedding-Jones (1995); Ferreira (1988);Fox-Genovese (1982).

<sup>8</sup> Apesar da popularidade com que o conceito de género foi integrado no discurso dos *women's studies*, a sua adopção pelos sectores marcadamente feministas nem sempre tem sido fácil. Apontando-lhe as mesmas críticas e virtuosidades que reconhecem às abordagens pós-estruturalistas, onde de resto se enquadra, consideram que apesar da sua utilização prever a readequação da análise social defendendo o anti-essencialismo, a compreensão de todo o objecto como socialmente construído e a rejeição das metanarrativas e a sua pretensão à verdade, por outro lado a sua celebração da diferença e a sua hostilidade à unidade tornam-na particularmente inapta para fundar movimentos que precisam de asserções positivas sobre os meios de melhorar a sociedade e que devem integrar a diferença no seio de uma unidade colectiva no caminho da mudança social. Embora não planeasse a aniquilação dos movimentos progressistas, é-lhe frequentemente apontado o ter provocado a destabilização dos esforços no sentido de uma análise progressista e ter desencorajado o interesse pela realidade social (Braidotti,1989; Epstein,1997; Stanley,1990).

Segundo, os "conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas". O desafio seria o de fazer "explodir essa noção de fixidez, em descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária do género". Terceiro, este tipo de análise deve referir uma "concepção de política bem como uma referência às instituições e à organização social", visto que o "género não é constituído exclusivamente pelo parentesco, mas também pela economia e toda a organização política". Quarto, a "identidade subjectiva", considerando "as formas pelas quais as identidades generificadas são substantivamente constituídas e relacionar os seus achados com toda uma série de actividades, de organizações e de representações sociais historicamente específicas" (Scott, 1995:86-88).

Estes quatro pontos relacionam-se com a segunda proposição a partir da qual o "género é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado". O conceito de poder, que não tem sempre de se relacionar com o conceito de género, apresenta-se, no entanto, nas civilizações ocidentais, e neste caso específico numa tradição mediterrânica, de uma forma persistente associado ao mesmo (Bourdieu, 1995a). Torna-se então possível verificar como a organização social e a identidade dos sujeitos se constroem em relação a posições sexualmente definidas e como essas posições são estabelecidas segundo determinadas estratégias de poder. Não se trata tanto de fazer uma história das mulheres mas de perceber como a sua identidade e o seu posicionamento social são estabelecidos e constantemente recriados e negociados.

O interesse da abordagem de Scott refere-se à forma como a autora desenvolve as teorias pós-estruturalistas enquanto instrumentos teóricos de análise: a crítica às metanarrativas, não só na forma como excluía persistentemente as mulheres da construção histórica do passado, ou pelo menos, como insistiam em paradigmas deterministas que fixavam elas próprias posições sexuais binárias; a adopção de uma concepção de poder foucaultiana, que nas suas repercussões políticas implica considerar a existência de micropoderes difusos cuja estrutura não deriva de uma só fonte nem é unidireccional, mas assume, pelo contrário, diversas áreas de actuação e permite a organização de contra-poderes subjectivos, subversivos ou simplesmente anárquicos, e que nas suas repercussões teóricas permitiu a implosão do pensamento e a sua dispersão pelos diferentes elementos que

constituem o social, criando micro-verdades que não procuram tanto as causas mas a compreensão dos fenómenos em si mesmos.

Os mais recentes desenvolvimentos da história das mulheres resultam do trabalho realizado pelas teóricas feministas sobre o conceito de género, tomando-o como um conceito útil na análise histórica mas passível ele próprio de ser desconstruído, sugerindo que a reflexão epistemológica sobre as fundações do saber se realize a partir da subjectividade feminina, como referem Nancy Fraser e Linda Nicholson: "combinando a incredulidade pós-moderna sobre as metanarrativas com o poder da crítica social do feminismo" (Canning, 1994:373; Nicholson, 1994; Lauretis, 1990).

A esta agenda não será estranho o contributo de Foucault nos seguintes aspectos: a redefinição do corpo como local privilegiado de deslocação dos aparelhos disciplinares e normativos, mas também como local de resistência e de experimentação de outros modelos de identidade; um novo quadro de análise do poder que se distancia dos macro-modelos propostos no marxismo e psicanálise para se aproximar a micro-modelos de resistência, às formações discursivas íntimas, que consagram a política da experiência e a ideia de que o privado é também político; a ideia de contiguidade entre os efeitos discursivos e os propósitos do poder, colocando a ênfase nas formas complexas mas também cúmplices entre a produção discursiva e as manifestações do poder, num processo de redefinição mútua; a necessidade de rescrever a história a partir de uma contra-memória activa, redefinindo o sujeito para lá da matriz dominante, submetendo o sujeito mulher à mesma redefinição a que foi submetido o sujeito humanista clássico (Braidotti, 1994 :68-70).

### **Questões metodológicas**

Acompanhando os diversos momentos por que passou a história das mulheres encontramos de uma forma muito marcada a questão metodológica. O confronto inicial com a exiguidade documental e com o silêncio das fontes desenhou desde cedo os contornos do debate epistemológico que se iria suceder. Ao primeiro movimento de ampliação do objecto de conhecimento histórico e das visões do passado, desvendando novas personagens, temporalidades heterogéneas e espaços descentrados, sucede-se um maior investimento nos instrumentos de trabalho, através de uma renovação das técnicas de investigação que implicaram uma revalidação de

metodologias e de fontes, mas também uma renovação conceptual através de um desenvolvimento importante das categorias de leitura e análise das fontes. A estratégia seguida ao longo deste percurso responde a dois níveis de exigência colocados à história das mulheres: a sua creditação na comunidade científica e a sua sustentação política.

No primeiro - a sua creditação na comunidade científica -, podemos incluir a forma como a história das mulheres, herdeira de uma tradição historiográfica que se habituou a monumentalizar apenas determinado tipo de documentos, conseguiu resgatar nesses mesmos e noutros documentos a presença da mulher e a sua participação no trama histórico. Falamos de uma nova leitura crítica das fontes, que aprendeu a ler no silêncio novos significados recorrendo aos utensílios da história (Perrot, 1984), mas também à arena interdisciplinar adaptando os contributos de disciplinas como a antropologia e etnologia (Jorge, 1997; Vale de Almeida, 1996), a sociologia (Almeida, 1986; Araújo, 1993), a psicologia (Amâncio, 1992).<sup>9</sup>

A insistência nos arquivos acompanhada de novas preocupações, como nos descreve Altette Farge:

*"Paris-la-ville, le peuple, puis les visages surgissent de l'archive; simultanément sous le graphisme des mots apparaît avec netteté celle dont on ne parlait pas, parce qu'on croyait en parler toujours: la femme. La neutralité du genre est déchirée et révèle à cru le jeu des différenciations sexuelles, pour peu qu'on s'en préoccupe.*

*L'archive parle d'«elle» et la fait parler. Motivée par l'urgence, voici que s'impose un premier geste: la retrouver comme on recueille une espèce perdue, une flore inconnue, en tracer le portrait comme on répare un oubli, en livrer la trace comme on exhibe une morte. Geste utile du collectionneur, mais geste inachevé; rendre visible la femme, là où l'histoire omettait de la voir, oblige à un corollaire: travailler sur la relation entre les sexes, faire de cette relation un objet d'histoire". (1989:43-44).*

Não basta o inventário daquilo que foi esquecido, daquilo que foi perdido, já não basta a indignação e a fascinação iniciais, trata-se de reencontrar também o engenho do olhar sobre os documentos<sup>10</sup>. Ao

---

<sup>9</sup> Estas referências são exemplos da forma como os estudos sobre mulheres, sobre o feminino tem vindo a ser abordado por diversas áreas das ciências sociais no nosso país.

<sup>10</sup> O trabalho de Carlo Ginzburg (1989) no domínio da micro-história apresenta sugestões importantes sobre a construção de novos objectos históricos, mas também sobre a renovação dos paradigmas de conhecimento e métodos utilizados pela história. Através de uma abordagem que privilegia os fenómenos marginais, zonas de clivagem, estruturas arcaicas, conflitos entre configurações socioculturais, recorrendo à microanálise de casos bem delimitados cujo estudo intensivo coloca em causa

questionamento das fontes clássicas, surge a preocupação por trabalhar outro tipo de fontes que de algum modo preencham lacunas documentais. A história oral tem desempenhado uma função importante nesse âmbito. Mas o recurso crescente a estas fontes no âmbito das histórias de vida<sup>11</sup>, com aplicação nas diversas ciências sociais, especialmente na história, sociologia, psicologia, antropologia, colocou questões epistemológicas fundamentais. Uma primeira, situada nos debates que opõem, nas ciências sociais, a orientação quantitativa e o estudo qualitativo, responde às dúvidas sobre a validade dos resultados obtidos através destes procedimentos com uma crítica inicial ao positivismo, relativizando a sua objectividade (Ferrarotti, 1983), e adoptando procedimentos metodológicos e teóricos que permitam compreender e integrar o *bias* produzido pelo narrador mas também pelo investigador<sup>12</sup> nas interpretações e explicações a sugerir. Os objectivos deste método, substancialmente divergentes das pretensões das explicações científicas, situam-se mais no campo da hermenêutica que exige a arte e o talento de compreender o dito, a escuta paciente e atenta do discurso individual, a transcrição do íntimo que não deve ser ocultado pela construção teórica do investigador (Poirier *et al*, 1995). A segunda, implica o reconhecimento do significado das histórias de vida na aproximação ao real concreto dos sujeitos históricos, na personalização dos acontecimentos. Aquilo que os etnometodólogos consideram ser o dilema que se impõe às ciências sociais em geral: a

---

algumas ideias feitas sobre determinados problemas e épocas. O seu programa "indiciário" parece bastante pertinente no quadro da investigação em história das mulheres, num exercício em que o historiador é desafiado para a escrita seguindo pistas, criando enredos, solucionando os silêncios e as ausências.

<sup>11</sup> Sobre os problemas teóricos e metodológicos colocados pelas histórias de vida consultar entre outros: Ferrarotti (1983); Poirier *et al* (1995); Araújo (1990b); Pais (1988).

<sup>12</sup> As reservas colocadas à narração da história pelo sujeito referem-se à forma como os materiais são recordados cujos problemas não se reduzem a simples "falhas" de memória mas implicam processos mais complexos de recordação: como o que Daniel Bertaux chamou de ideologia autobiográfica, processo nem sempre consciente através do qual o sujeito reorganiza a sua história (Poirier *et al*, 1995); as relações entre memória e identidade social traduzindo fenómenos de incorporação da memória colectiva na memória individual através de critérios inconscientes de selectividade e aceitabilidade. Acrescenta-se ainda os riscos resultantes do processo de comunicação entre narrador e investigador e à necessária, mas nem sempre existente, intercompreensão entre eles. Saliente-se a necessidade do investigador possuir um ponto de vista superior ao do narrador e nesse distanciamento assegurar uma relativa objectividade. Sobre estes problemas ver, por exemplo: Pollak (1992), (1992); Alberti (1991); Poirier *et al* (1995:25-35); Sousa *et al* (1996).

relação entre a interpretação dos *símbolos* e a *explicação* dos factos, entre o *texto* e o *contexto*, entre a objectividade e o compromisso (Pais, 1988). Neste sentido, método biográfico é não só uma forma privilegiada de abordar o quotidiano, situando-se na encruzilhada da pessoa e da sociedade que é a própria vida (Poirier *et al.*,1995; Ferrarotti,1983), mas é também a possibilidade de dar voz aos excluídos do poder de dizer, neste caso às mulheres, tradicionalmente arredadas dos locais públicos de construção do discurso (Araújo, 1990b; Machado, 1996; Perrot, 1984).

O segundo nível de exigência colocado à História de Mulheres- a sua sustentação política - implica ler no desenvolvimento da historiografia contemporânea<sup>13</sup> e na adopção da categoria género, não o abandono da afirmação da mulher no desenvolvimento do trama histórico, da sua participação incontornável nos destinos da história, mesmo que isso se limite a desocultar a sua opressão, mas a substituição dessa preocupação pela deslocação do político para o campo do quotidiano e sobretudo para a subjectividade do sujeito histórico independentemente do seu género.

O abandono das divisões tradicionais no seio da própria história, entre a história intelectual e a história social, permite a definição de uma história sociocultural distante de asserções teóricas definitivas, o que implica, por exemplo, recusar investir a diferença entre os sexos de uma força explicativa universal, deslocando a atenção para os usos sexualmente diferenciados de modelos culturais comuns aos dois sexos. Significa afirmar a impossibilidade de reduzir as vivências dos sujeitos aos discursos, descobrindo como os discursos da dominação masculina exigem que se estudem as estratégias de dominação simbólica exercida sobre as mulheres e a forma como elas consentem as representações dessa diferença, nunca incorporadas de uma forma

---

<sup>13</sup> Referindo a diversidade de tradições teóricas e metodológicas existentes no seio das correntes historiográficas actuais, António Nóvoa (1994) refere a possibilidade de estabelecer algumas afinidades entre elas, nomeadamente: "a preocupação em demonstrar padrões de comunicação; relativo desinteresse pela identificação das "causas" ou por uma leitura fixista dos "sentidos"; recusa de uma perspectiva antropológica clássica de cultura e adopção de modelos de interpretação textual; atenção aos estilos de interacção (apropriação, negociação), aos termos de diferença (género, classe) e à sua evolução no tempo; construção de argumentos cuidadosos com base as evidências empíricas e escolha de um estilo criativo de narração; esforço para evitar teorias pré-explicativas dos dados e valorizar a problematização *in situ*; desejo de que as teses literárias não apaguem a história, reduzindo toda a "realidade" aos "discursos".

límpida e absoluta mas com o recurso a divergências e manipulações (Chartier,1995).

O desafio que se coloca à história das mulheres exige um esforço de teorização de conceitos como *experiência*, *agência*, *subjectividade*, no sentido de ultrapassar a referida fronteira de intersecção do social e do individual, insistindo na profunda interdependência entre os dois, nas relações entre os espaços de construção discursiva e os espaços representação desses discursos, mediados necessariamente pelas estratégias e situação particular do sujeito.

### *Discursos*

O ponto de partida para uma elaboração da noção de discurso tem em conta a noção de discurso desenvolvida por Canning (1994:379) - "uma versão foucaultiana modificada, uma convergência de afirmações, textos, sinais, e práticas que atravessam diferentes, mesmo dispersos locais (desde os gabinetes ministeriais até às esquinas de rua etc)" - que desenvolve no seu comentário sobre o encontro entre história feminista e o *linguistic turn*. No entanto, e embora a abordagem a fazer atravessasse esses mesmos "dispersos" locais, delimitamos a noção de discurso às construções discursivas, textuais, literárias, que convocam para um dado momento a atenção sobre determinados conceitos, ideias e noções. A noção de discurso a utilizar refere-se assim a uma estratégia explícita do poder, que pode colocar noções em discussão, dissimular os caminhos travessos com que persegue os seus objectivos, supor que com essas estratégias controla os acontecimentos e conforma as pessoas. Referimo-nos, portanto, a uma noção de discurso mais colectiva que actuando sobre as pessoas individualmente gera movimentações e consensos de grupo. Um outro aspecto desta noção de discurso é que, embora possamos encontrar níveis discursivos mais ou menos abrangentes, mais ou menos disseminados e interiorizados, eles nunca reflectem a realidade, isto é, o seu poder nunca é total. Pelo contrário, eles representam apenas as fronteiras, os limites que se podem transgredir, contornar.

Um trabalho sobre as mulheres nas Crises Académicas na década de 60 passa necessariamente por colocar a questão: "Porquê as mulheres especificamente? Existe algum indício que elas teriam tido uma participação diferenciada da dos seus colegas?". Perante uma participação que foi claramente diversa da dos seus colegas o

problema seguinte era discernir as razões para essa participação diferenciada. Paralelamente a um discurso sobre a feminilidade que enformava toda a política do Estado Novo, encontrou-se no início da década de 60, no seio da academia coimbrã, uma polémica em torno da participação das mulheres que não só ilustrava a posição do poder relativamente a esta questão, mas ilustrava também as estratégias de incorporação e de habituação impostas e realizadas pelo Estado.

É sobre esta polémica que se pretende examinar como num momento específico emergem determinadas "construções discursivas", verificar, como sugere Judith Walkowitz, de que forma "a realidade material é uma força que pressiona e destabiliza o domínio discursivo", o que requer que as representações sejam "retrabalhadas", reforçadas ou reconstruídas (Canning,1994:380). De que forma essas construções discursivas dão e tiram poder, como transformam ou criam preconceitos, como redefinem ou confirmam as subjectividades e as identidades (Canning,1994). De que forma, ainda, os recursos retóricos são utilizados para criar sentidos.

No origem da análise que se propõe para o contexto da participação das mulheres nas Crises Académicas no início da década de 60 está uma primeira evidência: a associação clara entre o desenvolvimento do movimento associativo, o recrudescimento da oposição do mesmo ao Estado Novo e a "clarificação" da participação da mulher nesse movimento e também na vida académica em geral. A partir desta ideia é possível traçar um esquema compreensivo sobre a teia de significações que emergem no início da década em torno da mulher e da moralidade. Nesta teia é difícil deixar de considerar a publicação da *Carta a uma Jovem Portuguesa*<sup>14</sup> como um momento chave. Essa posição de charneira é-lhe conferida não tanto pelo seu conteúdo explícito mas mais pelo momento em que surge e pelas repercussões que teve ou que pretendia ter. A metáfora mais apropriada será a da "pedrada no charco" que provoca uma vaga sucessiva de reflexos distorcidos de uma imagem tida como límpida. Em cada ondulação, esse trabalho de distorção sobre uma imagem que se pretende, afinal, repor. Assim, é necessário que a análise primeira se exerça sobre essa imagem límpida de mulher, que só existe num quadro de imobilidade, onde os dispositivos cognitivos que reconhecem essa imagem sejam corroborados pelos dispositivos objectivos das instituições. Aborda-se, assim, a forma como o Estado Novo estimula determinada visão da mulher na construção de uma

---

<sup>14</sup> Sobre este tema e respectivas referências consultar Augusto (2000:65-97).

ordem social que considera desejável recorrendo para isso ao reforço discursivo, tanto textual como institucional, que insiste na permanência da mulher no contexto familiar, como reduto primeiro e último da moralidade, da tranquilidade, do espírito de sacrifício e de abnegação e do bem estar social.

Paralelamente a essa imagem, dominante em quase toda a história das mulheres na Universidade de Coimbra, surge paulatinamente uma outra imagem da mulher como resultado directo das condições que tornam maior a sua afluência à universidade mas também das possibilidades de que podem usufruir e criar nesse novo contexto. Portanto, alterações operadas na estrutura social portuguesa para as quais não terá sido despicienda a progressiva democratização do ensino com reflexos importantes na composição do corpo discente no ensino secundário na década de 50 e no ensino superior na década de 60. E as consequências que a sua frequência universitária significou não só em termos de uma alteração de mentalidades relativamente ao papel que a mulher diplomada poderia exercer na sociedade mas também em que medida esse facto possibilitou e obrigou a um redesenho do movimento associativo que não podia mais ficar indiferente à parcela importante que elas representavam na composição do estudantado. Interessa por isso observar como a essa evolução quantitativa corresponde o aparecimento de novos discursos sobre a mulher, de que forma ela é sugerida nesses mesmos discursos, por quem é apropriada, com que fins.

A coexistência desses dois discursos sobre a mulher é confrontada em Abril de 1961 com a publicação da *Carta a uma Jovem Portuguesa*, na qual se reactualiza o debate sobre a mulher obrigando a um separar de águas sobre essa questão que é, pelos seus condicionalismos, também uma decisão sobre opções políticas. O que é interessante constatar é como a publicação da *Carta* aparece associada a uma facção da academia, onde, de facto, o tema sobre a participação da mulher vinha sendo debatido há já algum tempo e começava, também por isso, a criar alguns consensos, não se justificando nesse contexto a publicação de um texto provocatório que facilmente se adivinhava, tal como veio a acontecer, aviltante para um largo sector da população feminina e com repercussões importantes sobre a imagem pública do movimento estudantil. A dimensão política deste caso é dupla. Nos seus contornos estratégicos, pretende utilizar a proximidade dos estudantes e das estudantes para levantar questões sobre a natureza moral dos dirigentes associativos mobilizando opinião pública e raparigas contra eles. No seu conteúdo, pretende

restabelecer uma imagem sobre a participação feminina que deve acontecer resguardada e afastada desses focos de imoralidade e, sobretudo, implica que a progressiva e posterior participação da mulher aconteça com uma total ausência de referências à questão feminina, demarcando-se de qualquer conotação que essas referências pudessem retomar.

Ainda no rescaldo da polémica *Carta* sugere-se também a leitura dos aparentes silêncios que envolvem a participação das mulheres nas crises de 65 e depois em 69, que se orienta para uma progressiva naturalização da participação das mulheres no conjunto da vida associativa em contraste com a apreciação cristalizada sobre a natureza dessa participação por parte das autoridades. Verificar como os discursos cristalizados de quem detém o poder são ultrapassados pelas práticas discursivas quotidianas que buscam outras formas de legitimação e de referências. Verificar como a negociação do poder se faz na rua, não da mesma forma que Maio de 68 na Sorbonne, mas com uma poesia semelhante: "*Sous les pavés, la plage*".

### *Experiência: a negociação das identidades*<sup>15</sup>

Depois de estabelecido o campo discursivo que emergiu no início da década de 60 na academia coimbrã sobre a mulher, mesmo que indirectamente através dos discursos sobre a moral e a sexualidade, trata-se agora de verificar como funciona a relação entre esses discursos e os sujeitos enunciados.

Em questão está a relação nem sempre clara entre o poder de cada um dos conceitos em causa - experiência e discurso, para promover, determinar, condicionar o outro. Se por um lado encontramos como um dos factores da emergência de um discurso sobre as mulheres, como o do início da década de 60, o facto de algumas mulheres terem começado efectivamente a participar na academia, por outro lado, essa transgressão é estabelecida em relação a e por um domínio discursivo anterior, que não sendo tão textual estava, no entanto, profundamente inscrito nos rituais e na organização dos quotidianos<sup>16</sup>. A opção por

---

<sup>15</sup> Os conceitos que em seguida se mobilizam são apenas apresentados numa dimensão teórica. Mais uma vez remetemos a sua explicação contextualização para o trabalho já citado "Outros Diários." (Augusto, 2000: 98-134).

<sup>16</sup> Referimo-nos ao conceito de Bourdieu de violência simbólica, através da qual a dominação masculina que está no âmago da ordem social é reforçada e eufemizada (1990:8; 1995).

separar estes dois conceitos representa assim a necessidade de notar a especificidade de cada um e perceber como se processa a articulação entre eles. No domínio particular da experiência interessa verificar como são incorporados os discursos sobre a mulher, as estratégias de consentimento ou de transgressão e o seu significado para a produção das identidades

Ao contrário do trabalho sobre os discursos, através do qual se verificou que as construções discursivas aconteciam independentemente das vozes das mulheres, o trabalho sobre as experiências decorre num campo muito particular indissociável da acção particular e subjectiva das mulheres enquanto sujeitos de acção. Mesmo que parte das suas experiências esteja dependente dos quotidianos sexuais que eram dados *a priori* e faziam parte de um domínio discursivo que se actualizava nesses mesmos quotidianos, as estratégias de consentimento ou de transgressão dos mesmos depende da acção das mulheres enquanto sujeitos, com racionalidades particulares para a sua acção social.

As referências ao campo da acção social remetem-nos necessariamente para o campo teórico da sociologia da experiência social<sup>17</sup>, que define a experiência como uma combinação de lógicas de acção, lógicas que ligam o actor a cada uma das dimensões de um sistema. Ao articular diversas lógicas de acção o actor desenha uma dinâmica particular que constitui a sua subjectividade<sup>18</sup>. "Cada

---

<sup>17</sup> Sociologia da experiência é a terminologia utilizada por François Dubet (1994) para realizar o seu posicionamento no debate epistemológico operado no seio da sociologia francesa contemporânea. Identifica nesse debate a crítica que as actuais teorias sociológicas realizam ao modelo da sociologia clássica e particularmente à sua utilização pela sociologia "estruturalista" e marxista dos anos 70, a da "morte do sujeito" e a da recusa da ideia do actor pelo posicionamento exacto do actor e do sistema. Este debate que acompanha de resto a transformação epistemológica pós-moderna das ciências sociais traz consigo um enfoque particular sobre a irreductibilidade da acção do sujeito a umas determinadas categorias apelando, pelo contrário, à necessidade de considerar as lógicas individuais e subjectivas do sujeito na construção da sua experiência individual e na própria construção do conhecimento sociológico.

<sup>18</sup> A esta definição estão subjacentes três grandes princípios de análise, no essencial atribuídos a Weber: a acção social não tem unidade, isto é, segundo Weber não existe um sistema e uma lógica de acção mas uma pluralidade não hierárquica (remete para os quatro tipos de acção pura: acção tradicional, acção racional em relação aos meios, acção racional em relação aos valores e acção afectiva); a acção é definida pelas relações sociais e não só pelas orientações normativas e culturais dos actores, assim dar um sentido a uma acção é, ao mesmo tempo, atribuir um *status* a outrem; a experiência social é uma combinação que implica três operações intelectuais essenciais: isolar e descrever as lógicas de acção presentes em cada

experiência social resulta então da articulação de três lógicas de acção: *integração, estratégia e subjectivação*. Cada actor, individual ou colectivo adopta necessariamente estes três registos de acção que definem simultaneamente uma orientação pretendida pelo actor e uma maneira de conceber as relações com os outros. Assim, na *lógica de integração*, o actor define-se pelas suas pertenças, visando mantê-las ou reforçá-las no seio de uma sociedade vista como um sistema de integração. Na *lógica da estratégia*, o actor age de acordo com a concepção que tem dos seus interesses numa sociedade considerada como um mercado. No registo da *subjectivação social*, o actor apresenta-se como um sujeito crítico confrontado com uma sociedade definida como um sistema de produção e de dominação" (Dubet, 1994:111).

Ainda dentro de cada um destes três tipos de acção é possível encontrar elementos de análise mais simples, cuja consideração permite perceber a diversidade de lógicas de acção das mulheres no contexto particular que foi o do início da década de 60 no meio universitário de Coimbra. A consideração destas mesmas lógicas permite também constituir grupos distintos de mulheres, provando a sua heterogeneidade relativamente à orientação que davam à sua acção social e ao posicionamento social de si e dos outros que dela resultava.

De facto, a existência de um debate claro e marcado sobre o ideal feminino (a partir de considerações sobre a moral) surge como uma possibilidade de organizar a análise sobre as experiências das mulheres. Constituindo-se ele próprio como representativo de uma lógica de integração por excelência, permite também estruturar as diversas dinâmicas da acção das mulheres que se tornam mais claras nesse contexto, isto é, ao reforçar determinada visão sobre o ideal de feminilidade, então textualmente mediatizada, fez também com que as experiências das mulheres surgissem também de uma forma e com uma orientação mais clara e pronunciada.

Relativamente aos grupos atrás enunciados, podemos identificar, dentro da *lógica da integração*, um grupo cujas experiências sociais se articulam preferencialmente em torno de uma identidade feminina tradicional sendo esta o referente da sua acção. A sua associação ao

---

experiência social concreta, compreender a forma como o actor articula na sua acção as diversas lógicas e, por fim, "remontar" essa experiência no sistema, entendendo-o a partir da forma como o actor social sintetiza e catalisa as diversas lógicas do sistema tanto no plano individual como colectivo (Dubet, 1994:105-110).

"nível da organização"<sup>19</sup> da sociologia clássica refere-se não ao conteúdo dessa identidade mas à relação preferencial com mecanismos de integração, o que permite incluir neste grupo a maioria das universitárias - com um comportamento passivo relativamente ao discurso dominante sobre as mulheres, numa estratégia de consentimento tácito que estaria mais relacionado com objectivos que teriam definido para o seu percurso de vida do que com uma identificação consciente e crítica do que estava em jogo. Mesmo que os modelos de identificação derivem da sociedade, a acção social do sujeito é sempre uma acção racional, na medida em que é o seu ponto de vista particular sobre a sociedade, sobre os outros e sobre ele mesmo. Trata-se de uma actividade subjectiva estruturada numa economia de integração na qual os sujeitos visam a manutenção ou a transformação do mundo com o objectivo de salvaguardar a continuidade da sua identidade (Dubet, 1994:118).

Na *lógica da estratégia*, as experiências dos sujeitos tendem a situá-los numa sociedade percebida enquanto mercado concorrencial, onde as relações com os outros são percebidas como relações de concorrência e de poder. Eventualmente não seria a lógica permanente deste segundo grupo, mas relativamente aos outros dois grupos esboçados este parecia o que mais relações de competição e de estratégia criava nas suas experiências. Por outro lado apresenta conexões particulares com os outros grupos. Foi precisamente a partir delas, mas sobretudo da questão "se partilham este aspecto e se as outras eram assim porque razão não se comportaram elas da mesma forma?" que nos pareceu encontrar outra lógica diversa da lógica da integração ou da subjectivação.

Assim, este grupo exhibe, tal como o primeiro grupo, a referência a uma identidade feminina tradicional. No entanto, na *lógica da estratégia* a identidade do actor, as relações sociais e seus objectivos são definidos de uma forma bem diferente da anterior.

Como refere Dubet (1994), o actor define a sua identidade em termos de *status*, designando a posição relativa de um indivíduo, isto é a possibilidade que ele tem de influenciar os outros graças ao capital/poder associado a essa posição. No seu conteúdo, este tipo de

---

<sup>19</sup> O nível de organização corresponde, segundo Torraine, ao conjunto de mecanismos de integração existentes na sociedade, que não dependendo dela directamente concorrem, no entanto, para níveis significativos de organização e coesão social. Dubet aponta como mecanismos de integração a identidade integradora; a diferenciação Eu/Nós dos Outros, os valores, e algumas situações de condutas de crise (1994:112-118).

identidade não se distingue da identidade integradora, é o pôr em prática essa identidade, a herança e o ser, do ponto de vista do capital numa relação de concorrência. Nesta perspectiva o Eu social funciona como um meio. Como diz justamente Bourdieu, o *habitus* não é somente um *Ser*, é também um capital (Dubet, 1994:125).

Estas duas lógicas de identidade não deixam de estar relacionadas, não se devem é confundir, uma vez que têm um significado diferente em função da lógica de acção em que se situam, visto que quanto mais forte for a primeira menos instrumentalizada é politicamente, apenas se torna uma identidade política nos actores de alguma forma distanciados das raízes e das tradições, e que por isso são capazes de as utilizar como capital.

Por fim, na *lógica da subjectivação* as experiências dos sujeitos são particularmente estruturadas pela resistência e recusa da identidade e interesses tipicamente femininos predominantes nos grupos atrás analisados.

Tendo sido já referido o poder das instâncias de socialização primária, que marcaram de uma forma decisiva a identidade social dos grupos anteriores, não é difícil de perceber que este grupo não pode deixar de possuir as mesmas referências, mesmo que a sua influência e poder sejam mais diluídos.

Ao contrário das *lógicas de integração e estratégia* que são lógicas "positivas" de acção, associadas a uma realidade, seja ela a ideia de actor como produção social, seja a referência ao seu valor instrumental, a *lógica da subjectivação* não se manifesta dessa forma. Manifesta-se de uma forma indirecta através de uma actividade crítica que supõe que o sujeito não se reduz nem aos seus papéis, nem aos seus interesses, quando adopta outro ponto de vista que não seja o da integração ou o da estratégia (Dubet, 1994:127). Seja cognitiva ou normativa, a actividade crítica pressupõe a existência de uma lógica cultural que o distingue do sujeito das outras lógicas. Trata-se de uma ética de convicção que se define desde logo pela sua tensão com a racionalidade instrumental ou com a moral comunitária.

Ao contrário do actor de integração que é um indivíduo moral, que identifica o bem ao interesse colectivo e à utilidade de cada um, o sujeito da subjectivação é um actor ético porque não aceita esta identificação. Como refere Torraine "Le sujet est toujours un mauvais sujet" (Dubet, 1994:129). A parte subjectiva do sujeito percebe-se tanto no seu comprometimento como no descomprometimento, uma vez que a adesão à identificação cultural do sujeito impede a adesão total do Eu ao Nós e aos interesses. Ninguém vive como sujeito, mas,

ao mesmo tempo, nenhum actor se reduz a ser simplesmente o Eu ou os seus interesses, não pode deixar de ser sujeito.

A sua identidade pode ser definida como um *comprometimento* para com os modelos culturais que estruturam a representação deste sujeito.

Nesta lógica de acção, o adversário e a ordem social a combater são abordados através do tema da alienação. Alienação<sup>20</sup> o que aparece como uma privação de sentido, como uma despossessão da autonomia pelo efeito da dominação que reduz os actores a mero suporte de papéis e interesses que lhes são impostos pelos que têm o poder, os dominadores, ou pelo "sistema".

Esta lógica torna possível compreender o que há de excessivo e de irracional nos movimentos sociais: uma ilusão "lírica" de um dom de si evocado até ao sacrifício, uma euforia, um sentimento de não existir plenamente senão na acção. Este universo emocional parece traduzir-se no momento fugaz durante o qual o actor se vê como sujeito (Dubet, 1994:130-133)<sup>21</sup>.

A integridade da identidade destes sujeitos, cujas experiências não se poderiam limitar a esses momentos de acção só é possível pela emergência de uma nova identidade, com a qual se podem identificar e usar como suporte para a sua acção social. Neste caso, a sua sobrevivência relativamente à disputa que se trava em 1961 sobre a

---

<sup>20</sup> Embora não seja um verdadeiro conceito sociológico, os fenómenos que designa não deixam por isso de existir. Dizem respeito a condutas que resultam do sentimento de destruição de si, de ser privado de uma língua própria, apanhado pela dominação social (Dubet, 1994:133). Como refere uma das ex-alunas entrevistadas: "*Julgo que as meninas que iam no táxi eram meninas mais ou menos amorfas e que portanto se deixavam manipular. Eu digo que eram amorfas porque não se tinham disposto a ir votar por si.(...)Não, eu julgo que não. Não iriam votar em nós, mas também não iriam votar nos outros, digamos assim, porque era um mundo que lhes escapava, que não lhes dizia nada. Portanto, quando as freirinhas mandavam alinhar pela direita e votar, elas iam. Eu não tinha grandes discussões no Lar porque achava que não valia a pena. Eu estava no Lar muito pouco tempo, andava já mais pela Associação.\*B (Augusto, 2000:132)*

<sup>21</sup> "*As pessoas que foram caloiros nessa altura participavam em grande número nas grandes Assembleias Magnas, tanto em Santa Cruz como na Associação, que eram todas extremamente emotivas, e, portanto, isso depois também tem uma faceta afectiva, a pessoa sentir que há mais gente que pensa assim e que se pode manifestar de uma forma mais livre. Tudo isto me foi motivando para participar na Associação, primeiro de uma forma desorganizada e depois nesse núcleo de caloiros que foi mantendo alguma chama. Toda a gente que aparece como candidato às eleições em 64/65 faz parte dessa gente que viveu ou no primeiro ou no segundo ano a Crise de 62.\*B(Augusto, 2000:133)*

legitimidade moral da sua participação nas actividades académicas e no movimento estudantil tornou-se possível através da identificação ao corpo estudantil. Através desta identificação deixam de existir referências à identidade sexual dos actores sociais e recusa-se que as suas experiências sejam localizadas no mercado feminino do *status* e da respeitabilidade.

A adopção desta identidade erige um novo adversário, comum a todos os estudantes - o autoritarismo do Estado Novo:

*"De qualquer forma todos aqueles plenários e aquelas assembleias, tudo aquilo tinha um certo ar de festa colectiva, como se estivéssemos a viver uma aventura emocionante. Acho que tínhamos a ideia que estávamos a fazer história, quando havia aquelas célebres assembleias, na altura com milhares de estudantes, tínhamos a ideia que se votássemos ali a queda do Governo, o Governo no dia seguinte caía, porque nós tínhamos votado ali isso..." \*A*

O exercício proposto sobre a construção das identidades femininas a partir da leitura das suas experiências, neste caso as suas experiências no início da década de 60 em Coimbra, apenas pretende levantar algumas hipóteses de ordem teórica sobre as possibilidades que as abordagens pluridisciplinares permitem na construção do discurso histórico em História das Mulheres.

A consideração da noção de discurso, como da noção de experiência, constituem uma aproximação ao debate teórico e metodológico desenvolvido pela História das Mulheres, implícito no repto de Joan Scott: a história das mulheres não pode ser uma mera descrição das suas vidas, dos seus percursos, sejam eles de submissão ou de emancipação, o exercício de teorização é incontornável se se quiser compreender como e porquê em determinados períodos surgem novas formas de ser e de se dizer mulher.

### **Bibliografia**

- AA.VV. (1986). *A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais*. Coimbra: Instituto de História Económica e Social - Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. 2 vols.
- AGGER, Ben. (1991). Critical Theory, Poststructuralism, postmodernism: their sociological relevance. *Annual Review Sociology*, 17, pp. 105-131.
- ALBERTI, Verena. (1991). Literatura e Autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. *Estudos Históricos*, vol.4, 7, pp.68-81.
- ALMEIDA, Ana Margarida Nunes (1986). Entre o dizer e o fazer: a construção da identidade feminina. *Análise Social*, vol. XXII (92-93), pp.493-520.

- AMÂNCIO, Lúcia (1992). As assimetrias na representação do género. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34, pp. 9-23.
- ARAÚJO, Helena C. (1990b). Procurando as Lutas Escondidas Através das Histórias de Vida. *Cadernos de Consulta Psicológica*, 6, pp. 33-40.
- ARAÚJO, Helena C. (1993). Uma outra visão sobre o professorado em Portugal. *Colóquio Educação e Sociedade*, 4, pp. 161-183.
- AUGUSTO, Carla (2000). *Outros Diários. As mulheres e o movimento estudantil no início da década de 60 na Universidade de Coimbra*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa
- BOCK, Gisela (1989). História, História das Mulheres, História do Género. *Penélope. Fazer e desfazer História*, 4, pp.158-187.
- BOURDIEU, P. (1995a). A dominação Masculina. *Educação e Realidade*, 20 (2), pp.133-184.
- BOURDIEU, Pierre (1995b). Observações sobre a História das Mulheres. In *As Mulheres e a História*. [DUBY, Georges & PERROT, Michelle]. Lisboa: Publicações D.Quixote. pp.57-60.
- BOURDIEU, Pierre. (1994). Stratégies de reproduction et modes de domination. *Actes de la recherche en sciences sociales*, 105, pp.3-12.
- BRAIDOTTI, Rosi (1989). Théories des études féministes: quelques expériences contemporaines en Europe. *Les Chaiers du Griff*, 39/40, pp. 29-50.
- BRAIDOTTI, Rosi (1994). Foucault. La convergence avec le féminisme. *Magazine Littéraire*, 325, pp. 68-70.
- GOFF, Jacques (1989). História. In *Memória e História. Enciclopédia Enaudi*. Lisboa: INCM, pp.158-259.
- CANNING, Kathleen (1994). Feminist History after the Linguistic Turn: Historicizing Discourse and Experience. *Signs - Journal of Women in Culture and Society*, 19 (2), pp. 368-404.
- CHARTIER, Roger (1995). A História das Mulheres, séculos XVI-XVII. Diferenças entre os sexos e violência simbólica. In *As Mulheres e a História*. [DUBY, Georges & PERROT, Michelle]. Lisboa: Publicações D.Quixote. pp.37-45.
- DUBET, François (1994). *Sociologie de l'expérience*. Paris: Éditions du Seuil.
- DUBY, Georges & PERROT, Michelle (1995a) *História das Mulheres no Ocidente*. 5 vols. Porto: Edições Afrontamento.
- DUBY, Georges & PERROT, Michelle (1995b). *As Mulheres e a História*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- EPSTEIN, Barbara (1997). Poststructuralisme et Féminisme. *Liber: Revue Internationale des livres*, 30 (suplemento de Actes de la recherche en sciences sociales, 116/117), pp.11-13.
- FARGE, Arlette. (1989). *Le goût de l'archive*. Paris: Seuil.
- FERRAROTTI, Franco.(1983). *Histoire et histoires de vie*. Paris: Librairie des Méridiens.
- FERREIRA, Vírginia (1988). Feminismos e Pós-modernidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 24, pp. 93-107.
- FERREIRA, Virgínia. (1989). A liberdade sexual em debate na Via Latina (1961-62). *Via Latina, Supemento especial:100 Anos*, col.2, p.13-15.
- FOX-GENOVESE, Elizabeth (1982). Placing Women's History in History. *New Left Review*, 133, pp.5-29.
- GINZBURG, Carlo (1991). *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel.
- GOMES, Joaquim Ferreira (1987). *A Mulher na Universidade de Coimbra*. Coimbra: Livraria Almedina.

- GRÁCIO; RUI (1989b). Moral e Política na Academia de Coimbra. Crónica documentada de uma polémica no dealbar dos anos 60. *Vértice*, 15, pp. 69-85.
- JORGE, Vítor O. (1997). Ideias prévias a uma Pré-História do género. In AA. VV. *A Mulher e a Sociedade (3º Cursos Internacionais de Verão de Cascais)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, vol I, pp. 21-41
- LAURETIS, Teresa (1990). Eccentric subjects: feminist theory and historical consciousness. *Feminist Studies*, 16 (1), pp. 115-150.
- LOPES, Eliane Marta T. (1990). Histoire des Femmes: uma revisão bibliográfica. *Educação e Realidade*, 16 (2), pp. 23-32.
- LOURO, Guacira Lopes (1995). Género, História e Educação: construção e desconstrução. *Educação e Realidade*, 20 (2), pp. 101-132.
- MACHADO, Maria Clara (1996). História oral: uma co-produção responsável. *Cadernos Espaço Feminino*, vol.3, 1/2, pp. 25-33.
- MAYNARD, Mary & PURVIS, June, ed. (1994). *Researching Women's Lives from a Feminist Perspective*. London: Taylor & Francis.
- MENDES, Amado (1996). Caminhos e problemas da Historiografia Portuguesa. In *História da História em Portugal, séculos XIX e XX* [Luís Reis Torgal et al]. Lisboa: Círculo de Leitores. pp. 373-349
- NICHOLSON, Linda (1994). Interpreting Gender. *Signs*, vol.20, 1, 79-105.
- NÓVOA, António (1994). *História da Educação*. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (Relatório das Provas de Agregação).
- PAIS, José Machado (1988) Fontes documentais na análise da vida quotidiana. In Arquivo e Historiografia [ LEAL, Maria José da Silva & PEREIRA, Miriam Halpern]. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, pp.289-306.
- PERROT, Michelle (1984). *Une histoire de femmes est-elle possible?*. Paris: Rivages.
- PIRES, Januário G. M. E. (1994). *Contributo para o estudo da Via Latina (1937-69) durante o Estado Novo*. Dissertação de mestrado. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- POIRIER, J., CLAPIER-VALLADON, S. & RAYBAUT, P. (1995). *Histórias de vida: teoria e prática*. Oeiras: Celta Editora.
- POLLAK, Michael. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, vol.5, 10, pp.200-212.
- RHEDDING- JONES, Jeanette (1995). What do you do after you've met poststructuralism? Research possibilities regarding feminism, ethnography and literacy. *Journal of Curriculum Studies*, 27 (5), pp. 479-500.
- SCOTT, Joan (1988). Deconstructing equality-versus-diference: or, the uses of poststructuralist theory for feminism. *Feminist Studies*, 14 (1), pp. 33-50.
- SCOTT, Joan (1995). Género: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 20 (2), pp. 71-99.
- SILVA, Maria Regina A. Tavares da (1994). História no feminino: os movimentos feministas em Portugal. In *História de Portugal* [MEDINA, João (dir.)], vol.XV, pp.283-297.
- SOUSA, Cynthia Pereira et al. (1996). Memória e autobiografia: formação de mulheres e formação de professores. *Revista Brasileira de educação*, 2, pp. 61-76.
- STANLEY, Liz. (1990). Recovering Women in history from feminist desconstructionism. *Women's Studies Int. Forum*, vol.13, 1/2, pp.151-157.
- TOSCANO, Maria de Fátima. (1989). Memórias de uma carta adiada: anacronismos ou actualidade da Via Latina a propósito dos estereótipos sociais sobre a condição da mulher. *Via Latina, Suplemento especial: 100 Anos*, col.2, p.15-18.

- VALE DE ALMEIDA, Miguel (org.) (1996). *Corpo presente. Treze reflexões antropológicas sobre o corpo*. Oeiras: Celta Editora.
- VAQUINHAS, Irene Maria (1996) Estudos sobre as mulheres na área da História. *História*, ano XVIII, 18, pp. 51-61.
- WOOLF, Virginia. (1996). *Um quarto que seja seu*. Lisboa: Vega. 3ªed.

Filename: Carla  
Directory: C:\Documents and Settings\joao\Desktop\Mathesis  
10\III História  
Template: C:\Documents and Settings\joao\Application  
Data\Microsoft\Templates\Normal.dot  
Title: Preâmbulo  
Subject:  
Author: Cine Clube de Viseu  
Keywords:  
Comments:  
Creation Date: 28-06-2001 11:11  
Change Number: 4  
Last Saved On: 09-08-2001 19:05  
Last Saved By: Grafica  
Total Editing Time: 9 Minutes  
Last Printed On: 10-08-2001 15:33  
As of Last Complete Printing  
Number of Pages: 24  
Number of Words: 7.155 (approx.)  
Number of Characters: 40.785 (approx.)